

AS CONTRIBUIÇÕES DO MODELO ECONÔMICO DE ALBERT HIRSCHMAN PARA A ADMINISTRAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Lara do Carmo Pirajá Santos*
Tatiana David Domingues Santos*

Resumo: O presente artigo destaca as contribuições do modelo econômico de Albert Hirschman para a Administração do Desenvolvimento. Com a finalidade de provocar uma reflexão acerca dos modelos de gestão e desenvolvimento criados e utilizados pelos governos para alavancar o crescimento econômico e desenvolvimento social das nações subdesenvolvidas, uma explanação dos termos Administração e Desenvolvimento será essencial para compreensão do campo do saber da Ciência Administrativa que estuda as formas de gestão, a Administração do Desenvolvimento. E, dentro da temática, discutir Albert Hirschman e o seu modelo econômico, este desenvolvido durante as décadas de 60 e 70 na sua prolongada viagem para a América Latina e em suas visitas a países em desenvolvimento.

Palavras-chave: Administração do Desenvolvimento. Tomada de decisões. Gestão. Transformação Social.

Abstract: This article highlights the contributions of the economic model of Albert Hirschman for Development Administration. In order to provoke a reflection on the management and development models created and used by governments to boost economic growth and social development of underdeveloped nations, an explanation of the terms and Development Administration will be essential to understanding the field of knowledge that the Administrative Science studies the forms of management, Management Development. And, within the theme, Albert Hirschman and discuss its economic model, this developed during the 60s and 70s in its long trip to Latin America and in his visits to developing countries.

Keywords: Development Administration. Decision-making. Management. Social Transformation.

Introdução

Quando pesquisadores, teóricos e estudiosos questionam um modelo de gestão adotado para o desenvolvimento de certa região, indaga-se se as metas e objetivos propostos por este estão de acordo com a realidade desse lugar. Assim, um gestor público deve preocupar-se sempre com o modelo de gestão que aplica, pois é por meio dele que se revelam suas intenções.

Este artigo tem o objetivo de destacar as contribuições de Albert Hirschman para a Administração do Desenvolvimento. Trata-se de uma análise da evolução da Administração do Desenvolvimento em que o foco é as principais teorias de modelos econômicos e,

* Bacharela em Administração pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Pós-graduada em Gestão Pública Municipal pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: larapj@gmail.com.

* Bacharela em Administração pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Pós-graduada em Gestão Pública Municipal pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: taty.david@hotmail.com.

especialmente, o pensamento de Hirschman, cuja base é o seu diagnóstico de subdesenvolvimento, realizado na tentativa de encontrar possíveis soluções para o crescimento econômico de sociedades “atrasadas”. O texto permite refletir e analisar as formas de gestão, desenvolvimento e o contexto político do país, dos estados e principalmente dos municípios, antes que receberam autonomia e assumiram responsabilidades após a Constituição Federal de 1988.

As contribuições do modelo econômico de Albert Hirschman para a Administração do Desenvolvimento

Administração e Desenvolvimento

Para uma melhor compreensão do que vem a ser a Administração do Desenvolvimento, é necessário fazer alusão a duas áreas: a Administração e o Desenvolvimento.

A Administração é uma ciência nova e conta com pouco mais de cem anos. Surgiu “durante a revolução industrial” (MAXIMIANO, 2000, p. 53), mas, na verdade, foi nesse período que a consideraram como uma nova ciência (DRUCKER, 2002). Na opinião de Drucker (2002, p. 20), complementada por Maximiano (2001), por meio dos questionamentos dos principais pensadores economistas da época e com o surgimento das organizações oriundas das “primeiras fábricas modernas”, fruto da revolução industrial, estudiosos e pesquisadores como Frederick W. Taylor (1856-1915), Henry Fayol (1841-1925), e outros que surgiram mais tarde, começaram a “colocar em prática diversos conceitos que se tornariam universais no século seguinte” (MAXIMIANO, 2000, p. 53).

Drucker (2002) revela que os estudos no campo da administração foram se aprofundando conforme as mudanças, com o próprio processo histórico da humanidade e a evolução das organizações. Ou seja, estas aperfeiçoavam seus processos à medida que a história se revelava. Segundo Drucker (2002), as organizações surgem das sociedades e para estas devolvem seus serviços e produtos.

Seguindo a cronologia das teorias administrativas e seu processo evolutivo, nota-se que o termo Administração aparece com diferentes conceitos, dependendo do teórico a ser consultado. Por se tratar de uma ciência nova, Caldas (2005) relata que, nos debates em busca

de se compreender e definir qual é o seu real objeto de estudo e pesquisa – as organizações ou a forma de gestão destas – teóricos contemporâneos apresentam conceitos diferentes para definir a ciência da Administração.

Nesse sentido e para explicar o conceito de Administração, Caldas (2005) evidencia que o objeto de estudo da Administração é a **gestão** das organizações, sejam estas públicas ou privadas, e não as organizações em sua plenitude, como defendem alguns teóricos. Para o autor, as organizações sofrem influência de áreas como Economia, Contabilidade, Direito entre outras e por isso a gestão se torna o objeto de estudo da Administração.

Portanto, para conceituar essa área, e, com base em estudos atualizados, a definição apresentada por Santos (2009, s.p.) ⁽¹⁾ é a que mais se aproxima dos estudos e debates atuais acerca desse campo: “Administração é o estudo das **formas de gestão** quer sejam das organizações, das relações sociais ou das instituições como o Estado” (grifos nossos). Santos (2009, s.p.) completa que a Administração “estuda as formas de **como gerir** a produção, distribuição e o consumo dos bens e serviços de uma determinada sociedade” (grifos do autor).

Tais indagações acerca do real objeto de estudo da administração podem melhor ser compreendidas mediante os estudos de Robbins (1981, p. 69). O teórico explica que as diferentes contribuições recebidas pela Administração e as diversas abordagens trouxeram consigo uma denominação, “a selva da teoria administrativa”, ou seja, não há unanimidade entre os autores quanto à definição ou conteúdo da disciplina. Aquilo que para uns pode ser uma abordagem ideal ao estudo do assunto é ridicularizado por outros grupos. Caravantes (1998, p. 33) ressalta que isso ocorre em função de “**razões muito distintas**, nós trazemos razões muito diferenciadas para o estudo das organizações” (grifos do autor).

Com o surgimento da Administração e o uso de suas TA, Silva (2001) elenca em que época cada TA atingiu o auge nas organizações desde a Revolução Industrial, e mostra como cada uma delas ajudou a desenhar as perspectivas da administração nas organizações.

O quadro a seguir ilustra as perspectivas da administração e sua respectiva culminância, segundo Silva (2001):

⁽¹⁾ Elinaldo Leal Santos, graduado em Administração pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC- e Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. É professor assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB e Coordenador do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal e do Curso de Gestão da Inovação no Setor Público da UESB.

Perspectiva Clássica da Administração	Teoria da Administração Científica; Teoria Administrativa (Clássica) e Teoria da Burocracia.
Perspectiva Humanística da Administração	As Teorias da Transição; A Escola das Relações Humanas (TRH); Escola comportamentalista e Teoria Estruturalista.
Perspectiva Quantitativa da Administração	Pesquisa Operacional; Administração de Operações e Sistemas de Informação Gerenciais.
Perspectiva Moderna da Administração	Teoria de Sistemas; Teoria das Contingências; Desenvolvimento Organizacional e Administração por Objetivos.
Perspectiva Contemporânea da Administração	Qualidade e Excelência Organizacional e Projetos e Processos Organizacionais.

Quadro 01: Perspectiva da Administração.

Fonte: Silva (2001).

Ao comentar sobre a evolução da Administração e destinando a devida relevância à profissão e à ciência, Drucker (2002, p. XXII) afirma:

Administrar significa assumir tarefas. Significa disciplina. Mas significa também gente. Cada realização da administração é a realização de um administrador. Cada fracasso é o fracasso de um administrador. São pessoas que administram, e não “forças”, nem “fatos”. O descortínio, a dedicação e a integridade dos administradores determina se haverá administração ou desadministração.

Portanto, entender a definição de tal ciência significa compreender o que ela estuda e por que se chegou a tal objeto. Isso permite depreender melhor a colocação de Santos (2009), para quem a Administração se dá pela forma de gerir as organizações, as relações sociais ou instituições (como o Estado), além da produção, distribuição e consumo dos bens e serviços de uma determinada sociedade.

Prosseguindo com o estudo e a reflexão propostos por este artigo, torna-se necessário saber o que é gestão. Segundo Santos (2009, s.p.), gestão é o “conjunto de princípios, técnicas e explicações, formalizadas ou não, que orientam a concepção e o modo de funcionamento de uma administração”. Para isso, cada gestor deve saber gerenciar e interpretar os objetivos de uma organização, alocando, conforme o referido autor, recursos para atingir uma finalidade determinada, ou seja, o que se pretende para a organização, sua meta e objetivo. O autor conclui que, para obter resultados significativos e positivos, no alcance dos objetivos da organização e a perpetuação dessa no mercado e na sociedade, um gestor deve ser eficiente, eficaz e efetivo. Assim, segundo Santos (2009), eficiência é a melhor forma de fazer algo com

os recursos disponíveis; enquanto a eficácia é fazer o que deve ser feito, ou seja, cumprir o objetivo determinado; e por fim a efetividade é a capacidade de entender às expectativas da sociedade.

Desenvolvimento

A origem do conceito desenvolvimento surge na biologia definido como o processo de evolução dos seres vivos para o alcance de sua potencialidade máxima/ genética. A transferência da biologia para aplicação desse conceito na sociedade ocorre nas últimas décadas do século XVIII (BREDA & ANDRADE, 2002).

A palavra *Entwicklung* (em alemão desenvolvimento) é utilizada por Jusus Moser, percussor da história social, em 1768, para descrever a transformação de alguma situação política em forma de um processo gradual. Porém, em 1774, Herder, historiador, compara as fases da vida com a história social, possibilitando a aplicação do conceito inicial de biologia, em que uma atingirá seu ápice quanto mais se aproxima da maneira apropriada da forma mais perfeita do ser (BREDA & ANDRADE, 2002).

Em 1800 devido ao contexto político social em que se encontrava a sociedade, em Breda & Andrade (2002, p.03) “a figura de Deus passa a ser questionada pelos renascentistas e surge uma palavra para designar o avanço constante dos ideais burgueses, que é o autodesenvolvimento”. O que passa a significar que o homem é o principal responsável pelas mudanças positivas e negativas de uma sociedade, e por isso tem o “poder” de alterar seu próprio destino. Autodesenvolvimento e desenvolvimento passam a serem temas centrais das discursões Marxistas e “juntamente com o pensamento darwinista e o seu caráter científico sobre a evolução social, imprime novas considerações sobre o modo de produção, tratando a industrialização como estágio inicial para um caminho unilinear para o desenvolvimento social” (BREDA & ANDRADE, 2002, p.03).

Durante o século XIX a palavra desenvolvimento recebe uma série de significados, o que colaborou para o afastamento do significado original. A enciclopédia de 1868, segundo Breda & Andrade (2002, p.04), o verbete desenvolvimento informava: que “esse conceito é usado para quase tudo o que o homem tem e sabe”. O que torna nítido que devido ao não limite de aplicação, a palavra fica condicionada a sinônimos como crescimento e evolução.

Em seus estudos, Breda & Andrade (2002, p. 04.) revelam que no meio do século XX surge uma “nova” generalização, o chamado “desenvolvimento urbano” que passa a significar

“tudo que pode ocasionar a reformulação das áreas urbanas e periféricas com a utilização de máquinas”. No contexto histórico, o governo britânico associa desenvolvimento à responsabilidade de cuidar do bem-estar, passando a ser em um sentido mais amplo. O governo americano utilizou o termo para marcar o início de uma nova era no mundo, onde dizia: “*O que imaginamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma distribuição justa e democrática*” (grifos do autor. BREDA & ANDRADE, 2002, p.03).

Ao mesmo tempo, a palavra subdesenvolvimento era utilizada para se referir as nações que não tinham uma distribuição, de poder e monetária, justa e democrática. Naquela época dois bilhões de pessoas passaram a ser subdesenvolvidas, e os conceitos criados a mais de duzentos anos, na busca de uma precisão, ficaram subjugados ao seu início, de sinônimo de crescimento, evolução e maturação.

Portanto, para analisar desenvolvimento de forma mais abrangente passa a ser necessário considerar vários aspectos além da semântica, como o econômico, o social, o político e o cultural. Clemente (*apud* BREDA & ANDRADE, 2002, p. 04-05) os aspectos econômico e social são “usualmente considerados em conjunto em virtude da grande dificuldade de separá-los de forma satisfatória, e podem ser analisados como representantes do nível de vida da população”. Desta forma, indicam a “situação real presente em cada nação, estado, município e cidadão, resultado das diretrizes adotadas por cada gestor público e privado ao longo dos anos, visando à evolução a evolução ou até mesmo o retrocesso” (SANTOS, 2009, s.p.).

Enfim, qual a diferença entre desenvolvimento e crescimento?

Furtado (1975, *apud* BREDA & ANDRADE, 2002, p. 05), destaca em seu livro técnico sobre o tema a definição acerca do desenvolvimento econômico:

Sintetizando, o desenvolvimento tem um lugar mediante aumento de produtividade no nível do conjunto econômico complexo. Esse aumento de produtividade (e da renda per capita) é determinado por fenômenos de crescimento que têm lugar em subconjunto ou setores particulares. As modificações de estrutura são transformações nas relações e proporções internas do sistema econômico, as quais têm como causa básica **modificações nas formas de produção**, mas que não poderiam concretizar sem modificações na forma de **distribuição e utilização de renda** (grifos do autor).

Diante a análise da variável economia, por crescimento econômico entende-se como aquele que se refere ao crescimento da população e da renda, enquanto o desenvolvimento, à

elevação da vida da população. Ressalta Breda & Andrade (2002), que se “a elevação da não for maior superior ao crescimento demográfico, toda a sociedade estaria empobrecendo e não seria adequado falar em desenvolvimento, por exemplo, sob essas condições”, Justifica-se assim toda a explanação da conjuntura dos fatores influenciadores e do contexto histórico para a diferenciação entre crescimento e desenvolvimento.

Desta forma, para a contextualização do presente artigo, o significado utilizado para desenvolvimento é o de “processo dinâmico de melhoria, que implica mudanças, evolução e crescimento produzindo impactos estruturantes no nível da produção, da renda e do consumo da população, elevando a qualidade de vida da região” (SANTOS, 2009, s.p.). E para tanto, são indicadores do desenvolvimento: renda per capita, mortalidade infantil, escolaridade, distribuição de renda, expectativa de vida, poder político.

Ciente do conceito de desenvolvimento, e aliado a uma boa administração, o administrador público adquire amplitude significativa na constante busca de um desenvolvimento mais justo e sustentável para todos, e depreende ao mesmo tempo processos compartilhados e resultados atingidos, além de permitir aos gestores uma visão de futuro e ações concretas de mudanças. Para o Estado, desenvolvimento significa estabelecer a ordem e a segurança; garantir a liberdade; promover o desenvolvimento e a Justiça Social (SANTOS, 2009).

O quadro a seguir mostra a evolução do conceito de Desenvolvimento no contexto histórico:

<i>Época</i>	<i>Pensamento</i>
1759 (Wolf)	Processo de evolução dos seres vivos para o alcance da sua potencialidade genética.
1774 (Herder)	Ápice da sociedade – História Social.
1800	O homem é o principal responsável pelas mudanças positivas e negativas de uma sociedade – autodesenvolvimento.
1859 (Darwin)	Um movimento na direção da forma mais apropriada. Evolucionismo social.
1900 (Desenvolvimento urbano)	Tudo que pode ocasionar transformação das áreas periféricas urbanas.
1939 (Lei do desenvolvimento das colônias)	Cuidar do bem-estar dos nativos.

1949 (Truman)	<i>“O que imaginamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma distribuição justa e democrática.”</i> Era do Desenvolvimento.
1960 (Ano da descolonização)	Independência e pobreza.
1968 (Clube de Roma)	Publicação do relatório Limites do Crescimento – Meio ambiente e sobrevivência humana.
1970 (Bretton Woods)	Equilíbrio financeiro.
1987 (Comissão Brundtland)	“Nosso Futuro Comum” Desenvolvimento e Sustentabilidade.
1992 (Eco-92 Rio de Janeiro)	Desenvolvimento sustentável e Agenda 21.
2001 (Fórum Mundial Social)	Um outro mundo é possível.

Quadro 02: Evolução do Conceito de Desenvolvimento.

Fonte: Breda & Andrade (2002) e Santos (2009).

No Brasil, conforme os estudos de Brum (1999), o desenvolvimento ocorreu em várias fases. Ressalta-se que o desenvolvimento dá-se conforme o sistema econômico adotado, mundialmente, o sistema é o capitalismo, e no Brasil também. No início da história econômica brasileira, surgiu o modelo econômico primário-exportador (**1950-1930**). Com a crise mundial na década de 1920 e as tentativas de transformação mundial, experimentou-se um modelo de desenvolvimento nacional e autônomo (1930-1964). Houve também o plano desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, “Cinquenta anos em cinco”.

Todavia, o país foi afetado pela crise do Nacional Populismo (1961-1964 – Ditadura) e em seguida apareceu o modelo de desenvolvimento associado e dependente: do “milagre” à crise (1964-1984). Além desses modelos, o Brasil participou de outros projetos, sempre à procura do crescimento econômico e desenvolvimento social.

Vale ressaltar ainda que, pela explanação de Brum (1999), entre os anos de 1970 e 2000, houve várias mudanças no país, onde cada época seguiu os modelos de gestão adotados pelos respectivos governos. E é nesse mesmo período que teóricos e estudiosos como Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, entre outros, surgiram para fomentar e alavancar o desenvolvimento nacional brasileiro. Continuando com as discussões acerca do “desenvolvimento” que se se estenderam ao longo da década de 2000, de modo que o tema continua em evidência e crescem os estudos nessa área.

E na tarde de 28 de outubro de 2002, no hotel Internacional, São Paulo (SP) em seu primeiro pronunciamento como presidente eleito e novo gestor público da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, reforçou este conceito:

O trabalho é o caminho do nosso desenvolvimento, da superação dessa herança histórica de desigualdade e exclusão social. Queremos constituir um amplo mercado de consumo de massa que dê segurança aos investidores das empresas para atrair investimentos produtivos internacionais que representem um novo modelo de desenvolvimento e compatibilizem distribuição de renda e crescimento econômico (*apud* BRENDA & ANDRADE, 2002, p. 05).

Administração do Desenvolvimento

A Administração do Desenvolvimento surge de um cenário em que os modelos de gestão das sociedades atrasadas apresentam-se como um impasse para o desenvolvimento global. Caiden e Caravantes (1982 *apud* Santos, 2009, s.p.) ressaltam que a Administração do Desenvolvimento provém da necessidade dos países ricos de auxiliar nações mais pobres para que estas se desenvolvam e, mais especialmente, nas evidentes exigências dos novos estados para transformar suas burocracias do tipo colonial em instrumentos de mudanças. Ou seja, essa área da Ciência Administrativa se mostra como um processo sequencial de transformação de sociedades tradicionais em sociedades modernas.

Para Santos (2009), a Administração do Desenvolvimento constitui “um campo do saber da Ciência Administrativa que tem por finalidade estudar **como** as ações gerenciais promovem mudanças, evolução e crescimento (nos ambientes econômico, político, social e humano) em países, regiões, lugares e organizações” (grifo nosso).

A definição acima evidencia que a Administração do Desenvolvimento manifesta-se como um campo do saber cujas pesquisas e estudos representam importantes ferramentas para a compreensão, análise e determinação da dinâmica de ambientes que se localizam em espaços diferentes. Ou seja, ela estuda, interpreta e compreende o modo de gestão adotado para explicar como uma região pode se sobressair e desenvolver-se no seu meio de interação “social”. Santos (2009) menciona ainda que a Administração do Desenvolvimento tem enfoque multidisciplinar e abrange a Geografia, a Economia, a Antropologia, a Sociologia, a Psicologia e a **Ciência Política**.

O quadro a seguir mostra as bases teóricas sobre o Desenvolvimento:

Teorias	Principais Representantes e suas respectivas obras
Fundo Marginalista	<ul style="list-style-type: none"> • Joseph Schumpeter (1911) A Teoria do Desenvolvimento Econômico. • Rosenstein-Rodan (1943) Problema de Industrialização da Europa Oriental e Sul – Oriental. • Arthur Lewis (1954) Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão-de-obra. • Ragnar Nurkse (1957) Problema de Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos. • Walt W. Rostow (1962) Etapas do Desenvolvimento Econômico: Um manifesto não comunista.
Fundo Marxista	<ul style="list-style-type: none"> • Karl Marx (1867) O Capital. • Vladimir Lenin (1916) Imperialismo, fase capitalismo. • Nikolai Kondratieff (1926) As ondas longas da conjuntura. • Joseph Alois Schumpeter (1942) Capitalismo, Socialismo e Democracia. • Rosa Luxemburgo (1900) Acumulação de Capital.
Da Dependência - Pensamento Latino- Americano	<ul style="list-style-type: none"> • Raúl Prebisch (1949) O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Principais Problemas. • Celso Furtado (1963) Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. • Fernando Henrique Cardoso (1970) Dependência e Desenvolvimento na América Latina. • Theotonio dos Santos O marxismo na América Latina.
Desenvolvimento Regional	<ul style="list-style-type: none"> • Douglas North (1961) Teoria da Localização e Crescimento Regional. • François Perroux (1964) Indústria e Crescimento Coletivo. • Albert Hirschman (1961) Estratégia do Desenvolvimento Econômico. • Paul Krugman (2002) Economia e Espacial.

Quadro 03: Base Teórica do desenvolvimento.

Fonte: Santos, 2009

O modelo econômico de Albert Hirschman

A contribuição de Albert Hirschman surgiu, na teoria do Desenvolvimento regional com a sua obra “*A Estratégia do Desenvolvimento Econômico*” publicado em 1958, onde trata do tema do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos (SILVA, 2005, p. 40). O modelo proposto por Hirschman foi desenvolvido durante as décadas de 60 e 70, do século XX, na sua prolongada viagem para a América Latina, período em que visitou diversos países em desenvolvimento. Hirschman contribuiu para a Administração do Desenvolvimento possibilitando que fosse realizado um diagnóstico de subdesenvolvimento na tentativa de encontrar possíveis soluções para o crescimento econômico das sociedades “atrasadas” ou desprovidas de modelos de desenvolvimento econômico-social (SILVA, 2005).

A origem da teoria

A teoria sobre desenvolvimento econômico de Albert Hirschman (1958) foi revolucionária, pois contestou teorias consideradas fundamentais para a definição de estratégias na tentativa de promover o desenvolvimento econômico de países.

Para Silva (2005) a própria trajetória de vida de Hirschman ajuda a explicar como surgiu parte de sua motivação para elaborar uma teoria que visasse não só proporcionar o desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos, mas, principalmente, identificar qual seria o maior problema enfrentado por esses países na procura pelo desenvolvimento.

Hirschman (1958, *apud* SILVA, 2005, p. 40), após presenciar a influência de intervenções estrangeiras nos países em crise, questionou se essas intervenções seriam benéficas, ou não, para aquelas sociedades. Assim, ao passar pela Colômbia, a serviço do Banco Mundial, admite sua descrença e inicia os estudos em busca da elaboração de uma teoria do desenvolvimento econômico adequada aos países subdesenvolvidos, uma vez que, para ele, a imposição de doutrinas econômicas estrangeiras não preenche as lacunas nem promove o desenvolvimento nesses países.

A partir de então, Hirschman (1958, *apud* SILVA, 2005, p. 40) evidencia a ideia dos mecanismos de pressão como indutores do desenvolvimento econômico mediante o conceito de “encadeamentos para frente e para trás”. Contudo, e antes de mesmo de formular esse conceito, Hirschman inicia uma investigação sistemática com o objetivo de desvendar qual seria, de fato, o maior problema enfrentado pelos países subdesenvolvidos no que tange ao desenvolvimento econômico.

Para Hirschman, e, ao contrário do que afirmavam alguns teóricos, o maior problema dos países subdesenvolvidos era a escassez disfarçada dos fatores de produção, uma oferta subutilizada, e não a carência de fatores de produção como capital, trabalho etc. Essa constatação foi fundamental para que Hirschman (1958, *apud* SILVA, 2005) pudesse investigar uma resposta que pudesse dar sustentação à teoria que mais tarde ele formularia.

Na evolução de seus trabalhos de investigação, Hirschman evidencia que as sociedades desses países possuíam uma imagem de desenvolvimento e transformação social um pouco distorcida e, de certo modo, prejudicial para o bom andamento de um grupo social. A primeira é definida por Hirschman como a “imagem grupal de transformação” e a segunda “imagem egocêntrica da transformação” (SILVA, 2005).

Para Silva (2005), na “ideia grupal de transformação social”, o desenvolvimento econômico de uma sociedade deveria compreender uma elevação do padrão de vida de todos os seus membros, mantendo-se a hierarquia social original. Em se tratando da “idéia egocêntrica da transformação” seria o contrário, os indivíduos conceberiam o progresso econômico apenas para si em detrimento da sociedade.

Hirschman (1958, *apud* SILVA, 2005, p. 44), contudo, considera e define a ideia certa de transformação social, isto é, aquela em que há uma “conciliação entre a atividade empreendedora individual e a capacidade de cooptação e inclusão social no processo de desenvolvimento, de modo que se percebessem os benefícios mútuos de tal cooperação para o bem de toda a sociedade”.

Além disso, ele salienta que, atreladas a essas ideias de transformação social, existem dois tipos de pensamento que contribuiriam de forma negativa para o processo de desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos: as “expectativas exageradas” e a “preferência pela liquidez”. Segundo Hirschman (1958, *apud* SILVA, 2005), um pensamento leva a outro, uma vez que as “expectativas exageradas”, com a ideia de que o retorno do investimento em determinada atividade deveria acontecer rapidamente, causariam o pensamento de “preferência pela liquidez”, ao passo que os investimentos deveriam ser direcionados para atividades econômicas fugazes, em detrimento dos projetos mais promissores para uma sociedade.

Diante disso, Hirschman faz um diagnóstico do subdesenvolvimento e chega a uma conclusão interessante que permitiu uma mudança significativa na forma de se analisar o desenvolvimento econômico, sobretudo nos países subdesenvolvidos. Segundo ele, “há uma

falta de capacidade de se tomar decisões nessas sociedades”. De acordo com Araújo Junior (1984, p.4),

Portanto, estamos diante de uma nova espécie de desequilíbrio que pode surgir em países subdesenvolvidos: em determinado estágio do seu crescimento, a capacidade de promover novos empreendimentos pode exceder a capacidade de dirigi-los eficientemente. Aqui reside uma justificativa adicional para que se promova uma busca cuidadosa de mecanismos que induzirão à eficiência e ao crescimento das empresas novas e que ajudarão a minimizar, e através de processo de aprendizagem, erradicar as falhas que tiverem sido encontradas.

Evolução do pensamento de Hirschman

A constatação de Hirschman (1958, *apud* SILVA, 2005), isto é, que o problema das sociedades subdesenvolvidas estava na falta de capacidade de tomar decisões, foi crucial para que ele pudesse tomar um rumo mais aprofundado nas suas pesquisas e, acima de tudo, melhor definisse qual seria seu questionamento e a possível resposta para tal.

Assim, o teórico em busca de mecanismos que induzissem as sociedades subdesenvolvidas a desenvolver a capacidade de tomar decisões no que tange à escolha de investimentos em projetos que, de certa maneira, fossem importantes para desencadear o desenvolvimento econômico.

Hirschman (1958, *apud* SILVA, 2005), então, começa a rever alguns modelos de crescimento econômico, principalmente os elaborados por *Harrod* (1939; 1948) e *Domar* (1957) ⁽²⁾, na tentativa de conseguir uma base ou fundamentação mais coerente com o seu objetivo: encontrar mecanismos indutivos de desenvolvimento da capacidade de tomar decisões das sociedades subdesenvolvidas.

Ao analisar os modelos, Hirschman (1958, *apud* SILVA, 2005) detecta a inaplicabilidade das ideias de economia do crescimento para as economias subdesenvolvidas, tendo em vista que elas são mais favoráveis às sociedades desenvolvidas do que às subdesenvolvidas, como se vê a seguir:

⁽²⁾ O Modelo Harrod-Domar de crescimento econômico apresenta uma grande simplicidade e, na medida em que dá primazia à acumulação de capital e não garante qualquer equilíbrio automático e necessário da economia através dos mecanismos de mercado, parece se adequar melhor à explicação do processo de desenvolvimento econômico que outros modelos mais complexos. Entretanto, tem sofrido críticas por não deixar explícito o papel do progresso técnico e por não admitir substitutibilidade de fatores. Alguns críticos concluem que o modelo Harrod-Domar não leva ao crescimento da renda por habitante. Para os trabalhos de Hirschman foram utilizados como referência padrão os trabalhos de Harrod (1939; 1948) e Domar (1957), em particular os Ensaios 1, 3, 4 e 5 (SILVA, 2005, p. 46).

Tratando mais um pouco mais explicitamente do modelo de crescimento de Harrod e Domar, porém sem entrar em suas minúcias, Hirschman argumenta que os conceitos de coeficiente fixo entre capital e produto e igualdade entre poupança e investimento, o primeiro observado empiricamente nas economias desenvolvidas e o segundo dado como certo nessas mesmas economias, não poderiam ser aplicados no caso das economias subdesenvolvidas. De acordo com o autor, nas economias subdesenvolvidas, uma simples melhora nas condições de produção, causada pela superação de algum obstáculo, poderia ser responsável por um aumento considerável de produtividade, mudando significativamente a razão capital-produto – o que não ocorreria nas economias desenvolvidas (SILVA, 2005, p.46).

Diante disso, Hirschman (1958, *apud* SILVA, 2005) evidencia a inviabilidade dos modelos de crescimento econômico, uma vez que os países subdesenvolvidos possuem características que lhes são peculiares e, portanto, devem ser levadas em consideração no momento de se elaborar suas diretrizes de crescimento econômico. Para o autor, um mesmo fator ou variável econômica pode refletir positivamente numa sociedade e negativamente na outra. Tudo dependerá de como se comporta ou se caracteriza economicamente cada país.

Dessa forma, Hirschman (1958, *apud* SILVA, 2005) exclui a sua busca do ramo da economia do crescimento e passa a procurar algo novo, ou melhor, um modelo de teoria econômica que fosse condizente com a realidade econômica dos países subdesenvolvidos. A partir de então, o autor reforça a importância da variável investimento para o fortalecimento das economias subdesenvolvidas, pois, segundo ele, investimento pode gerar ou induzir novos investimentos.

Na concepção de Hirschman (1958, *apud* SILVA, 2005, P. 48), deve-se pensar em “complementaridade do investimento ou “investimento adicional”, algo novo associado à variável “investimento”, uma vez que “As teorias do crescimento consideravam o investimento como responsável pela criação de renda e geração de capacidade produtiva, mas deixavam de fora um papel essencial desempenhado por ele, o de provocador de mais investimento”.

Sendo assim, ao olharmos para o investimento adicional, estaríamos abrindo uma nova porta na busca para o caminho do incentivo a novos investimentos, em economias subdesenvolvidas. O efeito completo, portanto, seria o responsável por pressionar novas inversões, e assim, ajudar a resolver o problema da precariedade dos investimentos nesse tipo de sociedade (SILVA, 2005, p.48).

Posteriormente, Hirschman (1958, *apud* SILVA, 2005) também aborda e questiona a teoria do Desenvolvimento Equilibrado que, segundo ele, favorece as sociedades desenvolvidas em função do modo de se pensar “Desenvolvimento” nessa teoria e, principalmente, porque ela admite que investimentos devam ser realizados simultaneamente para que novos empreendimentos pudessem usufruir as vantagens da instalação de novas firmas complementares.

Na visão da teoria do desenvolvimento equilibrado, “desenvolvimento” não significa transformação de uma sociedade, e sim a sobreposição de economias sobre outras “atrasadas”. Diante disso, o autor passa a questionar, mais uma vez, a imposição de doutrinas econômicas em países em crise, de modo que seria completamente inviável para uma sociedade economicamente atrasada acompanhar as mudanças bruscas que um modelo de economia industrial moderna determina de imediato.

A imposição desses modelos não permite que as sociedades subdesenvolvidas se desenvolvam autonomamente. Além disso, o autor discorda do argumento das economias externas, apresentado pela teoria do equilíbrio que evidencia o papel e a presença do Estado como agente impulsionador de investimentos internos propiciando a instalação e criação de novas indústrias para aperfeiçoar capital e sociedade. Para Hirschman (1958, *apud* SILVA, 2005, p. 50), “[...] a centralização do processo de industrialização é inibidora de inovações, na medida em que o surgimento de uma tecnologia nova, por exemplo, seria responsável pela destruição de pelo menos uma parte das indústrias vigentes”.

Assim, Hirschman (1958, *apud* SILVA, 2005) passa a defender as vantagens do desenvolvimento não equilibrado como mecanismo que favorece o surgimento da capacidade de tomar decisões, precisamente, de investimentos nos países subdesenvolvidos. Para ele, o desenvolvimento econômico poderia acontecer pelo desequilíbrio da oferta que permitiria e, de certa maneira, pressionaria, as decisões de investimento induzido.

No caso do desenvolvimento equilibrado, as tensões causadas pela falta de complementaridade entre as diferentes indústrias seriam encaradas como empecilhos ao desenvolvimento. A solução do desenvolvimento equilibrado pretenderia, de uma só vez, instalar um parque industrial completo de forma a superar esses empecilhos. Já a ideia do desenvolvimento não equilibrado, seria exatamente conservar os desequilíbrios de modo a pressionar a sociedade a tomar suas decisões de investimento, movida pelos lucros anunciados nas novas atividades ou mesmo através de pressão sobre o governo, no caso de atividades em que a iniciativa provada não atuasse (SILVA, 2005, p.51).

Desse modo e esclarecendo a relevância dos “Investimentos induzidos” para as sociedades subdesenvolvidas, Hirschman (1958, *apud* SILVA, 2005) constrói seu critério de escolha para investimentos, devido a sua oposição ao pensamento de teóricos que priorizam investimentos em função da relação custo-benefício de cada projeto.

Conforme o autor, o critério de escolha de um investimento deve seguir uma lógica ou “sequência eficiente”, de modo que “O critério de seleção, dessa vez, seria a pressão que a implementação de um determinado projeto A imprimiria sobre a implementação do projeto B; quanto maior essa pressão, mais desejável seria a sequência de investimento. Ou seja, uma sequência de projetos seria tão mais desejável quanto mais ela proporcionasse o aparecimento de investimentos induzidos, quanto mais desequilíbrio ela promovesse” (SILVA, 2005, p.53).

O conceito de “encadeamento para trás e para frente”

A formulação desse conceito baseou-se no critério de escolha de investimentos elaborado por Hirschman (sequências eficientes), porém, numa visão mais detalhada dos efeitos que um investimento pode gerar ao outro, ou melhor, na pressão que um pode causar ao outro. Na concepção de Hirschman (1958, *apud* SILVA, 2005), haveria duas possibilidades de desenvolvimento para a estrutura produtiva: o derivado dos efeitos dos “encadeamentos para trás” e o dos “encadeamentos para frente”.

A primeira se refere à pressão exercida pela demanda de atividades econômicas não primárias por insumos, que induziria a formação de indústrias fornecedoras desses insumos. A segunda se refere à possibilidade que a implementação de atividades que não atendessem exclusivamente à procura final ofereceria ao aparecimento de novas atividades que usassem os produtos como insumos em sua produção (SILVA, 2005, p.55).

Na visão de Hirschman, o “encadeamento para frente” ocorreria numa dinâmica que importaria tanto a criação de empresas (indústrias) quanto à força com que elas seriam criadas para mensurar seus efeitos. O processo de “encadeamento para trás”, por sua vez, aconteceria à medida que a necessidade de insumos de uma indústria e a sua devida capacidade econômica mínima para as firmas fornecedoras fossem mantidas dentro da concorrência do mercado internacional, ou seja, essencialmente competitivas para que os efeitos do processo pudessem ser mensurados.

Em suma, o efeito de encadeamento entre duas indústrias seria maior do que seus efeitos individuais somados e “isso explicaria a aceleração de um processo de crescimento industrial em países subdesenvolvidos” ao passo que um investimento A, significativo num setor produtivo essencial (insumos), pudesse induzir e viabilizar um investimento B, com a criação de firmas que pudessem se valer dos efeitos que a implementação do projeto A pôde proporcionar.

Desse modo e ao término dos estudos, Hirschman (1958, *apud* SILVA, 2005), constata que, de fato, nos países subdesenvolvidos a interdependência e os efeitos dos encadeamentos eram tipicamente fracos e que, portanto, seria necessário elaborar um processo de formação de capital baseado neles. Além disso, tornou-se relevante perceber que os investimentos não seriam propriamente empreendidos e o que importava era a ideia de pressionar a tomada de decisão de investimento. Por isso é que “A proposta ótima de Hirschman seria a de implementação de indústrias que, ao mesmo tempo em que fossem produtoras de bens finais, fossem fornecedoras de insumos” (SILVA, 2005, p.57).

Considerações finais

Diante do que foi exposto, verifica-se o quanto se torna relevante analisar o ramo da “Administração do Desenvolvimento” tomando por base as contribuições que teóricos da Economia trouxeram para a sua evolução, principalmente no que tange às contribuições de Hirschman em termos de questionamentos e avaliação de modelos econômicos voltados para as sociedades subdesenvolvidas.

A nova teoria, baseada no diagnóstico do subdesenvolvimento, proposta pelo autor foi importante, especialmente pelo fato de evidenciar que, possivelmente, o maior problema dos países subdesenvolvidos está na *falta de capacidade de tomar decisões* quanto aos investimentos e não, necessariamente, na falta de recursos produtivos desses territórios.

Tal constatação permite destacar a relevância da “gestão” no processo de crescimento econômico de uma nação. Por essa ótica, não basta ter os recursos, é preciso saber gerenciá-los. Assim sendo, certifica-se de que muitos países em desenvolvimento estão nesse status pela deficiência administrativa de seus gestores públicos que falham como administradores e, conseqüentemente, afetam o processo de tomada de decisão, o que implica perdas para a

sociedade no que diz respeito à identificação dos recursos a serem alocados e na priorização das metas e objetivos dos planos de governo.

Diante das comprovações de Hirschman, a Administração do Desenvolvimento torna-se promissora para auxiliar e avaliar o gestor público, sua gestão e o modelo econômico a ser adotado por países em desenvolvimento. Ela propõe estudar de que modo às ações gerenciais governamentais promoverão a mudança, a evolução e o crescimento econômico, político, social e econômico.

Vale ressaltar que a administração, ou melhor, a gestão desses países, sob a ótica da Administração do Desenvolvimento, deverá ser eficiente, alocando da melhor maneira possível os recursos disponíveis. O gestor só será eficaz em seus processos, cumprirá suas metas e objetivos e tornará a prestação de serviço efetiva se compreender a realidade e expectativas da sociedade.

Portanto, verifica-se quanto se torna fundamental analisar e realçar o pensamento de Hirschman, uma vez que, para se avaliar a viabilidade ou aplicabilidade de um modelo econômico é necessário observar a realidade da economia de uma sociedade e, sobretudo, sua competência para comportar as mudanças e impactos que o modelo, juntamente com suas decisões, pode ocasionar.

A discussão em torno da Ciência Administrativa, da Administração do Desenvolvimento, seus principais representantes e respectivas obras, além do breve comentário acerca do tema “desenvolvimento”, tanto no âmbito mundial como no âmbito regional (caso do Brasil), permite uma compreensão da importância das contribuições de Hirschman para a Administração do Desenvolvimento. Seus estudos trouxeram consigo quebra de barreiras e paradigmas acerca dessa temática, principalmente, nos países “periféricos” ou “sociedades atrasadas”.

Enfim, o desenvolvimento constitui um desafio a ser seguido e superado. E esse problema se torna maior quando se trata de países em desenvolvimento, por se tratarem de sociedades instáveis e dependentes economicamente, situação a ser vencida pelos futuros gestores públicos.

Referências

ARAÚJO JÚNIR, José Tavares de. *Eficiência e acumulação de capital: notas sobre a hipótese de Hirschman*. (Texto para Discussão). UFRJ, Rio de Janeiro, 1984.

BREDA, Francisco de Assis. ANDRADE, Priscilla. *A administração e as teorias do desenvolvimento*. Facef – Revista Eletrônica de Administração, v. 01, Ed. 01, Jun./Dez.2002p. 01 a 31.

BRUM, Argemiro J. *O Desenvolvimento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

CALDAS, Miguel. *Paradigmas em estudos organizacionais: uma introdução à série*. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 45, n.1, jan./mar.2005. p. 53 a 57.

CARAVANTES, Geraldo R. *Teoria geral da administração*. Pensando & Fazendo. RS: AGE, 1998, 2º ed.

DRUCKER, Peter F. *Introdução à administração*. SP: Thomson Pioneira, 2002.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. *Introdução à administração*. SP: Atlas, 2000. 5º ed.

ROBBINS, Stephen P. *O processo administrativo: integrando teoria e prática*. SP: Atlas, 1981.

SILVA, Danilo Freitas Ramalho da, *A construção do objeto teórico das teorias do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, 2005. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, 88 f., 2005,

SILVA, Reinaldo Oliveira da. *Teorias da administração*. SP: Pioneira Thomson Learning, 2001.

SANTOS, Elinaldo Leal. *Administração do desenvolvimento*. Vitória da Conquista, BA, 2009. (Notas de Aula).